

# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

## CONSUMO RACISMO E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.

Dayana Christina Ramos de Souza Juliano[\*e-mail: dayana.seso@gmail.com]

*"O racismo brasileiro, como vemos na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, meloso, pegajoso mas altamente eficiente nos seus objetivos." Clovis Moura.*

### INTRODUÇÃO

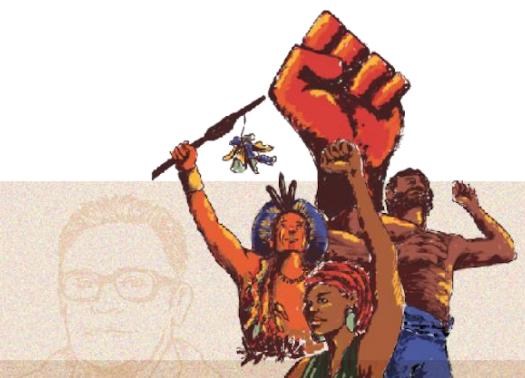
Esse artigo propõe uma breve reflexão acerca da relação entre questão racial, focando na população negra brasileira e o consumo. Considerando a relevância de sinalizar sobre as relações raciais no Brasil, a organização e resistência negra contribuindo teoricamente em um livro que aborda sobre o direito do consumidor, é importante predizer que as reflexões críticas sobre o assunto aqui elencados ainda são escassas.

Faremos uma abordagem de cunho reflexivo que não nos permite negar a importância histórica social e cultural do empreendedorismo negro, ao passo que não podemos nos deixar levar por um processo de romantização desse processo, então nessa abordagem sinalizaremos que no Brasil, devido ao racismo e suas formas de operar nas relações sociais, a população negra se encontra em condições sociais inferiores em relação a população não negra, impondo severos limites estruturais para o empreendedorismo negro e para o poder de consumo da população negra no país. Tal abordagem será margeada por considerações acerca e a partir do Serviço Social.

### RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL

A formação colonial escravagista do Estado brasileiro, as relações sociais, e suas estruturas determinadas a partir do capitalismo e do racismo são elementos importantes aqui, não apenas na perspectiva de compreender as desigualdades socioraciais em relação ao consumo, mas também para captar e visibilizar as formas de resistência negra de forma coletiva e organizada, nesse sentido versaremos nossas considerações entre as conjunturas pré e pós abolição.

Clóvis Moura em “Dialética radical do Brasil negro” (2014) pautando o modo de produção escravista nos apresenta o processo de construção do Brasil a partir da escravidão, e como esta organiza a realidade social na contemporaneidade, pautando os revezes de todas as relações do país. O autor em sua obra divide o escravismo brasileiro em dois períodos, são eles: “Escravismo pleno” - de aproximadamente 1500 a 1850 e o “Escravismo tardio” - de 1551 a 1888, esses períodos estão atravessados não só no sentido da temporalidade mas estão conectados e contínuos, pois Moura analisa o desenvolvimento do capitalismo no



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Brasil nesse período de escravidão negra oficial, por isso na sua elaboração teórica sobre o que ele chama de “Escravismo tardio” inicia apontando a *modernização sem mudança* e segue:

“No caso da sociedade escravista brasileira, a sua peculiaridade é que, em pleno final do século XIX, quando um avanço tecnológico, científico e econômico revolucionava as relações sociais nos principais países da Europa e dos estados Unidos, com repercussão na área periférica, esses novos recursos tecnológicos e científicos eram aplicados em um país ainda escravista... Essa particularidade é linha central para observação do escravismo brasileiro, os conflitos emergentes, e a forma compromissada como a abolição foi feita e as sequelas consequentes que perduraram até hoje.” (Moura, 2017, p.53)

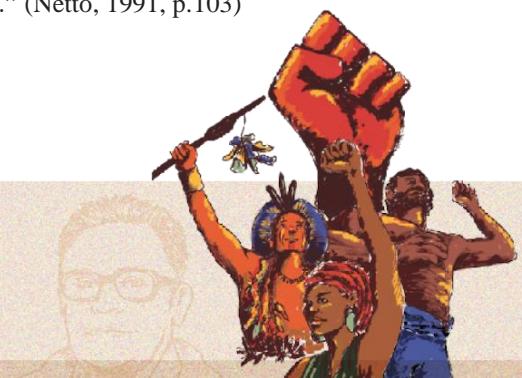
Ainda em “Dialética radical do Brasil negro” Clóvis Moura (1994) pauta o modo de produção escravista e nos revezes mais íntimos de todas as relações do país designa o “Escravismo pleno”, segue a elaboração apontando o “Escravismo tardio” correlacionando ao modo de produção capitalista, desvelando que estes estão conectados e imbricados de forma contínua, Moura na sua elaboração teórica chama de “Escravismo tardio” a *modernização sem mudança*.

Essa modernização sem mudanças no status quo social, nos remete ao Serviço Social e os fundamentos históricos, metodológicos e teóricos da categoria enquanto campo de formação e prática profissional. Trata-se do processo de Renovação do Serviço Social onde as perspectivas de Modernização e Reatualização do Conservadorismo remete-se ao momento da vinculação da profissão aos interesses da autocracia burguesa, baseada nas correntes filosóficas positivismo / funcionalismo, e posteriormente fenomenologia e com práticas coercitivas e tecnocráticas. Esse quadro só é alterado com a erupção do serviço social crítico, que nos questionamentos ao “Serviço Social tradicional”<sup>1</sup> formula e faz emergir a perspectiva chamada de Intenção de Ruptura.

Entendemos que assim é possível analisar de forma mais assertiva as desigualdades raciais no Brasil, apontando-as quantitativamente e indicando a emergência de ações no campo do enfrentamento do racismo e das disparidades raciais causadas por ele. Contudo, as perspectivas de cunho antirracista ainda são colocadas em cheque pelo “mito da democracia racial”, que para Nei Lopes (2004) trata-se da:

Expressão sob a qual se aninha a falsa ideia da inexistência de racismo na sociedade brasileira. Construída a partir da ideologia do luso -tropicalismo, procura fazer crer que, graças a um escravismo brando que teria sido praticado pelos portugueses, as relações entre brancos e negros, no Brasil, seriam, em regra, cordiais (LOPES, 2004, p.214).

<sup>1</sup> “... é a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, paramentada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção dos sujeitos sociais, partindo de um ponto de vista funcionalista e / ou busca resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis para a ordenação capitalista...” (Netto, 1991, p.103)



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Contrariando as investidas da dita “democracia racial”, os indicadores sociais não deixam lacunas para análises e avaliações que descartem o racismo como elemento determinante nas condições de vida social da população negra, expondo que o racismo é um elemento fundamental para compreender a questão social no Brasil e suas relações sociais, assimétricas e desiguais.

## ANTIRRACISMO E CONSUMO E EMPREENDEDORISMO NEGRO

A luta dos povos africanos, escravizados e afrodescendentes no Brasil apontam que a saída sempre foi, é e será coletiva e estratégica, vamos aqui destacar e nos inspirar nos quilombos como organização, resistência, e processo contínuo de manutenção e luta contra o poder violentamente estabelecido.

Para Moura, 1994:

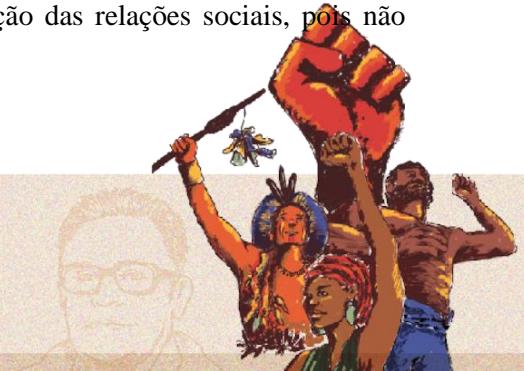
“O racismo, o mito de superioridade racial de um povo sobre o outro, encobre os interesses de povos que se julgam ‘eleitos’ e desejam conseguir hegemonia econômica, social e cultural sobre os povos considerados mais fracos. Esta racionalização do preconceito através do racismo exerce papel e função de importância em diversos blocos de poder de nações que disputam a hegemonia no mundo capitalista.” (Moura, 1994, pág.23)

Voltando ao âmbito do Serviço Social brasileiro, é notória a predominância do pensamento de que a questão racial ou negra é pauta identitária ou estritamente cultural, e, portanto fragmentária das lutas sociais “centrais”, assim, sem considerar a centralidade racial na luta de classes no Brasil.

“Numa sociedade assimétrica e contraditória como a brasileira, no entanto, alguns que negam a existência de um problema específico do Negro no Brasil, acham que o Negro é elemento cujos movimentos fogem ao simétrico, e, por isto, são separatistas, desagregadores e procuram desunir e separar o que se devia unir: o proletariado.” (Moura, 1983, p.126)

Rompendo drástica e definitivamente com essa noção e nos apoioando em Moura, alardeamos ao Serviço Social brasileiro: Não há dicotomia, a questão negra é a questão de classe no Brasil, é luta social! Essas não são realidades abstratas, não estão dissociadas, são opressões interligadas no sistema em curso que segue sob efetiva égide da colonialidade.

Sendo assim, temos a interlocução entre oferta e demanda como preconiza o mercado comercial, de um lado o incentivo ao empreendedorismo negro, na outra ponta consumidores negros ávidos por consumir de negócios de seus iguais, fazendo girar a roda do ‘Black Money brasileiro’ teríamos então uma alternativa para as questões de discriminações que atingem a população negra brasileira? Seria possível, se essa fagulha de negócios estivesse inscrita em outros moldes de produção e reprodução das relações sociais, pois não



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

devemos nos esquecer que o racismo estrutural no Brasil é pilar de relações sociais de poder, incluindo-se a economia do sistema capitalista.

As novas experiências do reconhecido empreendedorismo negro são necessárias e válidas, o que alertamos aqui são seus limites nas relações socioraciais estruturais do Brasil. Clovis Moura em 1988 nos deixa a seguinte reflexão:

“Sabemos que, na sociedade de classes que se formou no Brasil, o negro está, de forma esmagadora, nas mais baixas camadas empregatícias, sociais e culturais...Do ponto de vista das classes dominantes o negro, ao se organizar isoladamente, deixa de ameaçá-las, deixa de tentar penetrar no seu mundo e no seu espaço social, político e cultural, o qual deverá permanecer branco.”(Moura, p.121, 1988)

Mais uma vez reiteramos que tais iniciativas de empreendedorismo negro são importantes, porém essa mesma lógica estimula individualidades, e não sobrepõe a proposta de coletividade da luta negra no Brasil. O movimento social negro brasileiro é diverso e não heterogêneo, mas suas pautas fundamentalmente passam pela construção coletiva e política da identidade negra.

É mister registrar que as reflexões contidas neste registro são breves e preliminares, realizamos apontamentos a partir de leitura dos atravessamentos do racismo estrutural e do modo de produção e reprodução social vigente no Brasil, cujo tem a escravidão e o capitalismo racial dependente como marcadores.

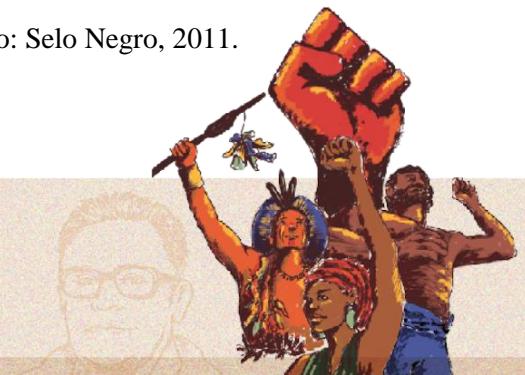
Falar da primazia da classe em relação ao consumo sem a devida mediação com a intercorrência sistemática e estrutural da raça e racismo na sociedade brasileira é minimamente insuficiente. É urgente que o Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social, sexual, de gênero, racial e técnica do trabalho priorize a devida ênfase racial para não acarretar uma interpretação não realista da classe trabalhadora do país, e isso sim pode fragmentar as interpretações e intervenções profissionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

**ALMEIDA**, Silvio. O que é racismo estrutural?. Belo horizonte: Ed. Letramento, 2018.

**ALMEIDA**. Magali da S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. In: Revista EM PAUTA, 2014 - n. 34, v. 12, p. 131- 154, UERJ, Rio de Janeiro.

**CARNEIRO**, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.



# I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

**GUIMARÃES**, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e antirracismo no Brasil. São Paulo: Ed. 34, 1999.

**MOURA**, Clóvis. Dialética radical do Brasil Negro. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.

\_\_\_\_\_. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988.

**NETTO**, José P. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. Editora Cortez, São Paulo, 1991.

